

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

1

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS

**ESTADO DO PARANÁ** 

CNPJ.75.741.348.0001/39

Avenida Brasil 967 Fone 34741222-Cep. 86445 000 - Grandes Rios - Pr

### **DECRETO N. 124 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025**

SÚMULA: Nomeia Agente de Contratação, Pregoeiro, Equipe de Apoio e Comissão de Contratação que dispõe a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública do Município de Grandes Rios, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O Prefeito do **Município de Grandes Rios**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei orgânica, considerando a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO o que preconiza o Art. 6º, incisos I e IX da Lei

14.133/2021;

CONSIDERANDO os arts. 7° e 8°, §§ 1°, 2° e 3° da Lei

14.133/2021;

CONSIDERANDO as disposições constantes no Art. 9°, §§ 1° e 2° da Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

### **RESOLVE**

Art. 1º Designar a servidora efetiva: LUCIANA DE CASSIA ALVES ABREU para desempenho da função de <u>Agente de Contratação e</u> <u>Pregoeira</u>, apta a tomar decisão, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

Art. 2º Fica designado como substituto de Agente de Contratação e Pregoeiro, a servidora efetiva, VANESSA BOTEGA NEVES;

Art. 3º Ficam designados os servidores efetivos: CECILIA FABRI ROSA; OTAVIO AUGUSTO ALMEIDA FERNANDES e WILLIAM AMADOR ARAUJO para o desempenho, em <u>caráter permanente</u>, das funções atribuídas a <u>equipe de apoio</u> ao agente de contratação, apto, portando, a função de auxiliar nas atividades materiais do processo licitatório e na verificação de documentos conforme exigido em edital.

**Art. 4°** Em licitação que envolva **bens ou serviços especiais**, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, o agente de contratação poderá ser substituído por **comissão de contratação** formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por



Em conformidade com a Lei Municipal Nº 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

2

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS

**ESTADO DO PARANÁ** 

CNPJ.75.741.348.0001/39

Avenida Brasil 967 Fone 34741222-Cep. 86445 000 - Grandes Rios - Pr

todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 5º Ficam designados os servidores efetivos: CECILIA FABRI ROSA; LUCIA DE FÁTIMA ALVES ABREU E OTAVIO AUGUSTO ALMEIDA FERNANDES para o desempenho, em <u>caráter permanente</u>, das funções atribuídas a <u>comissão de contratação</u>, apto, portando, a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares.

Parágrafo Único: A presidência da Comissão de Contratação, incumbirá à servidora: CECILIA FABRI ROSA, que em suas ausências e/ou impedimentos será substituída pelo servidor: LUCIA DE FÁTIMA ALVES ABREU.

**Art. 6°** O Agente de Contratação e Equipe de Apoio ou a Comissão de Contratação possuem a prerrogativa de solicitar assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei nº 14.133/2021.

**Art. 7º** Esta Portaria terá vigência a partir de sua publicação, para o período de 25/11/2025 a 31/12/2025.

**Art. 8º** Fica <u>REVOGADO</u> o Decreto n° 110/2025, retroagindo seus efeitos, de modo que o Decreto n° 14/2025 regerá as condutas praticadas até 24/11/2025.

Grandes Rios, 25 de novembro de 2025



Em conformidade com a Lei Municipal Nº 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

3



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS

ESTADO DO PARANÁ CNPJ 75.741.348/0001-39

Av. Brasil, 967, Centro, Grandes Rios/PR, CEP 86845000 - Fone (43) 3474-1222

### **PORTARIA Nº 439/2025**

SÚMULA: "Dispõe sobre Concessão de Férias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRANDES RIOS, no Estado do Paraná, Sr. **WILLIAM JOSÉ GONÇALVES**, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

#### **RESOLVE**

Art. 1º - CONCEDER, a servidora ADRIANA BOTEGA NEVES ocupante do cargo de Recepcionista, 20 dias de férias do dia 05/12/2025 A 24/12/2025, e 10 dias de Abono Pecuniário, referente ao período aquisitivo 01/06/2018 A 31/05/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS, no Estado do Paraná, aos 25 dias do mês de novembro de 2025.

William José Gonçalves

Prefeito Municipal



Em conformidade com a Lei Municipal № 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

4



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ. 75.741.348.0001/39

Avenida Brasil 967 Fone 34741222-Cep. 86845 000 - Grandes Rios - Pr

#### **PORTARIA Nº 441/2025**

SÚMULA: "Dispõe sobre

Concessão de Gratificação".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRANDES RIOS, no Estado do Paraná, Sr. **WILLIAM**JOSÉ GONÇALVES, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e

### **RESOLVE**

Art. 1º – **ALTERAR**, a contar do dia 01/11/2025, a Gratificação Mensal (GTIDE – art. 35 da Lei Municipal 1118/2019) do Servidor Público Estatutário abaixo relacionado:

Servidor(a)	Cargo	Percentual
Ana Paula dos Santos	Assistente Social	50%

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/11/2025.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS, no Estado do Paraná, aos 25 dias do mês de novembro de 2025.

William José Gonçalves

Prefeito Municipal



Em conformidade com a Lei Municipal Nº 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430



### PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 967 – Centro – Grandes Rios–Pr – Tel. (0xx) 43 – 3474-1222 – CEP 86.845-000

CNPJ: 75.741.348/0001-39

#### **DECRETO Nº 123/2025**

<u>SÚMULA</u>: Abre Crédito Adicional Especial no orçamento do município de Grandes Rios para o Exercício de 2025 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRANDES RIOS, Estado do Paraná, SR. WILLIAM JOSÉ GONÇALVES, no uso das atribuições legais conferidas por *Lei, em especial a Lei Municipal* nº 1531/2025, resolve:

#### **DECRETAR**

- **Art.1º-** Fica aberto Crédito Adicional Especial para o exercício de 2025, no valor de R\$ 1.005.780,00 (Um milhão, cinco mil setecentos e oitenta reais), mediante as seguintes providências:
- I- Inclusão de despesa na seguinte dotação orçamentária:

### 03- ADMINISTRAÇÃO

### Aquisição de Veículos- ADM

03.003.04.122.0300.1166	44.90.52.00.00	969	Equipamentos e	114.788,50
			material permanente	
03.003.04.122.0300.1166	44.90.52.00.00	1000	Equipamentos e	6.041,50
			material permanente	
			TOTAL	120.830,00

### **05- OBRAS E URBANISMO**

### Atividades da Secretaria de Obras e Urbanismo

05.009.15.452.3001.2156	44.90.52.00.00	970	Equipamentos e	550.000,00
			material permanente	
			TOTAL	550.000,00

### 12- ESPORTE E CULTURA

#### Departamento de Cultura

P				
12.001.27.813.3401.2033	33.90.39.00.00	971	Outros serviços de	334.950,00
			terceiros-PJ	
			TOTAL	334.950,00

**Art. 2º** - Como recurso para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, é indicado como fonte de recursos o citado no § 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4320/64, sendo:



Em conformidade com a Lei Municipal Nº 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

6



### PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 967 – Centro – Grandes Rios – Pr – Tel. (0xx) 43 – 3474-1222 – CEP 86.845-000

CNPJ: 75.741.348/0001-39

#### I- Excesso de Arrecadação:

RECEITA	Descrição	Valor
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DO ICMS – PRINCIPAL (1000)	6.041,50
1.7.2.9.99.0.1.01.00.00	1.7.2.9.99.0.1.01.00.00 Outras transf. do Estados (970)	
1.7.2.9.99.0.1.01.00.00	.2.9.99.0.1.01.00.00 Outras transf. do Estados (969)	
1.7.2.9.99.0.1.01.00.00	1.7.2.9.99.0.1.01.00.00 Outras transf. do Estados (971)	
	TOTAL	1.005.780,00

Art. 3°- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Grandes Rios, aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco. (25/11/2025).

WILLIAM JOSE Assinado de forma digital por WILLIAM JOSE GONCALVES:3 GONCALVES:32791885803 Dados; 2025.11.25 16:28:41 -03'00'

WILLIAM JOSÉ GONÇALVES
Prefeito Municipal



Em conformidade com a Lei Municipal Nº 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

7



#### **PORTARIA Nº 440/2025**

**SÚMULA:** Nomeia comissão de avaliação para fins de verificar de amostras decorrente de processo licitatório e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Grandes Rios, Estado do Paraná, Sr. **William José Gonçalves**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei, **resolve**:

Art. 1º – Nomear comissão de avaliação para procedimento licitatório cujo objeto é a contratação de tecnologia da informação para cessão de uso de software para tramitação e gestão de documentos, processos eletrônicos, assinatura eletrônica e controle de prazos e fluxo processual, em atendimento às secretarias e departamentos do município de Grandes Rios/PR, no qual há exigência de demonstrações dos objetos ofertados.

 $\mbox{\bf Art.}~{\bf 2^o}$  - Para compor a mencionada comissão ficam designados os seguintes servidores:

Presidente: EVERTON PIRES MADURO; Membro: ELIZANGELA LAUREANO NORY;

Membro: EDMAURO WATANABE;

- Art. 3º A comissão de avaliação será responsável por verificar a aceitabilidade, através de laudo de aprovação ou reprovação dos objetos.
- **Art. 4º** Somente se o laudo apontar pela aprovação do objeto analisado a licitante com *status provisório* de vencedora alcançará o *status* definitivo e, assim, terá direito a sua adjudicação no certame licitatório.
- **Art. 5º** O laudo de aprovação ou reprovação do objeto deve, obrigatoriamente, ser assinado pelos 03 (três) servidores indicados no artigo 2º.
  - Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Grandes Rios, aos 25 dias de novembro de 2025.

Em conformidade com a Lei Municipal № 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

8



Prefeitura de

# **Grandes Rios**

Av. Brasil, 967 – Centro. Tel.: (43) 3474-1222

# REPUBLICADO POR INCORREÇÃO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

#### INSTRUMENTO VINCULACIONAL

Contrato Administrativo nº 71/2025.

### PROCESSO EM REFERÊNCIA

Concorrência Eletrônica n° 01/2025. Processo Administrativo n° 19/2025.

#### **CONTRATANTE**

Município de Grandes Rios.

#### **CONTRATADA**

Soluções Estratégicas Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 54.122.584/0001-05.

#### **OBJETO**

Contratação de empresa especializada para a execução de serviço de revitalização das Capelas mortuárias do Município de Grandes Rios, conforme plano de ação nº 09032022-018718 / 2022 e programa nº 09032022 transferências especiais.

#### PRAZO DE VIGÊNCIA

Até 02/07/2026.

### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do fornecimento correrão por conta dos recursos recebidos via transferências especiais (PLANO DE AÇÃO) e de contrapartida do Município (fontes 1000 e 3821)

### **FUNDAMENTO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Alteração quantitativa para acréscimo das quantidades iniciais dos serviços de pintura e acabamento, para adequação entre o projeto e a planilha orçamentária, em razão de fatos supervenientes à celebração do contrato e por estar dentro do limite máximo legal de 50% (cinquenta porcento) de aumento para contratos de **reforma de edifício**.

## MODIFICAÇÃO DE VALORES

Aumento em R\$ 15.948,29 (quinze mil, novecentos e quarenta e oito reais e vinte e nove centavos), alterando o valor global contratual para R\$ 47.848,29 (quarenta e sete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e vinte e nove centavos).

#### **AMPARO LEGAL**

Art. 124, inciso I, alínea "b" e §1°, da Lei nº 14.133, de 2021.

### DATA DA ASSINATURA

09/10/2025.

Grandes Rios, 09 de outubro de 2025.

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

9



Prefeitura de

# **Grandes Rios**

Av. Brasil, 967 – Centro. Tel.: (43) 3474-1222

# REPUBLICADO POR INCORREÇÃO EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

#### INSTRUMENTO VINCULACIONAL

Contrato Administrativo nº 71/2025.

### PROCESSO EM REFERÊNCIA

Concorrência Eletrônica n° 01/2025. Processo Administrativo n° 19/2025.

#### CONTRATANTE

Município de Grandes Rios.

#### CONTRATADA

Soluções Estratégicas Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 54.122.584/0001-05.

#### **OBJETO**

Contratação de empresa especializada para a execução de serviço de revitalização das Capelas mortuárias do Município de Grandes Rios, conforme plano de ação nº 09032022-018718 / 2022 e programa nº 09032022 transferências especiais.

#### PRAZO DE VIGÊNCIA

Até 02/07/2026.

### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do fornecimento correrão por conta dos recursos recebidos via transferências especiais (PLANO DE AÇÃO) e de contrapartida do Município (fontes 1000 e 3821)

### **FUNDAMENTO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Alteração unilateral qualitativa para supressão dos serviços previstos indevidamente na planilha orçamentária para adequação ao projeto, em razão de fatos supervenientes à celebração do contrato e por estar dentro do limite máximo legal de 25% (vinte e cinco porcento) de redução.

#### MODIFICAÇÃO DE VALORES

Redução em R\$ 9.372,47 (nove mil, trezentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos), alterando o valor contratual para R\$ 38.475,82 (trinta e oito mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos).

#### **AMPARO LEGAL**

Art. 124, inciso I, alínea "a" e §1°, da Lei nº 14.133, de 2021.

### DATA DA ASSINATURA

31/10/2025.

Grandes Rios, 31 de outubro de 2025.



Em conformidade com a Lei Municipal № 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

10



### PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 967 – Centro – Grandes Rios–Pr – Tel. (0xx) 43 – 3474-1222 – CEP 86.845-000

CNPJ: 75.741.348/0001-39

### LEI Nº 1531/2025

<u>SÚMULA</u>: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento do município de Grandes Rios para o Exercício de 2025 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRANDES RIOS, Estado do Paraná, SR. WILLIAM JOSÉ GONÇALVES, no uso das atribuições legais conferidas por *Lei*, faz saber que:

A CÂMARA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

# LEI

**Art.1º-** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento para o exercício de 2025, crédito adicional especial no valor de R\$ 1.005.780,00 (Um milhão, cinco mil setecentos e oitenta reais), mediante as seguintes providências:

I- Inclusão de despesa na seguinte dotação orçamentária:

### 03- ADMINISTRAÇÃO

### Aquisição de Veículos- ADM

03.003.04.122.0300.1166	44.90.52.00.00	969	Equipamentos e	114.788,50
			material permanente	
03.003.04.122.0300.1166	44.90.52.00.00	1000	Equipamentos e	6.041,50
			material permanente	
			TOTAL	120.830,00

### 05- OBRAS E URBANISMO

### Atividades da Secretaria de Obras e Urbanismo

05.009.15.452.3001.2156	44.90.52.00.00	970	Equipamentos e	550.000,00
			material permanente	
			TOTAL	550.000,00

### 12- ESPORTE E CULTURA

### Departamento de Cultura

P				
12.001.27.813.3401.2033	33.90.39.00.00	971	Outros serviços de	334.950,00
			terceiros-PJ	
			TOTAL	334.950,00

**Art. 2º** - Como recurso para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, é indicado como fonte de recursos o citado no § 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4320/64, sendo:

1



Em conformidade com a Lei Municipal № 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

11



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 967 – Centro – Grandes Rios–Pr – Tel. (0xx) 43 – 3474-1222 – CEP 86.845-000

CNPJ: 75.741.348/0001-39

### I- Excesso de Arrecadação:

RECEITA	Descrição	Valor
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DO ICMS – PRINCIPAL (1000)	6.041,50
1.7.2.9.99.0.1.01.00.00	Outras transf. do Estados (970)	550.000,00
1.7.2.9.99.0.1.01.00.00	Outras transf. do Estados (969)	114.788,50
1.7.2.9.99.0.1.01.00.00	Outras transf. do Estados (971)	334.950,00
	TOTAL	1.005.780,00

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Grandes Rios, aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco. (25/11/2025).

WILLIAM JOSE GONCALVES:32791885803 Assin por V GONC Dado

Assinado de forma digital por WILLIAM JOSE GONCALVES:32791885803 Dados: 2025.11.25 16:19:40 -03'00'

WILLIAM JOSÉ GONÇALVES
Prefeito Municipal



Em conformidade com a Lei Municipal Nº 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

12



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 967 – Centro – Grandes Rios–Pr – Tel. (0xx) 43 – 3474-1222 – CEP 86.845-000

CNP.J: 75.741.348/0001-39

LEI Nº 1532/2025, 25 de novembro de 2025

Institui a política municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia, cria o Conselho Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia, cria o Fundo Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia e estabelece medidas de incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico, visando a consolidação do Ecossistema de Inovação e Tecnologia do Município de Grandes Rios e dá outras providências.

A Câmara Municipal de GRANDES RIOS aprovou e eu, WILLIAM JOSÉ GONÇALVES, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

### Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** A presente lei institui a política municipal de inovação, ciência, tecnologia, cria o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e estabelece medidas de incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico de GRANDES RIOS, visando a consolidação do Ecossistema de Inovação e Tecnologia, o estímulo à inovação no setor produtivo e a promoção do desenvolvimento econômico e social do município de GRANDES RIOS.

**Parágrafo único.** Aplicam-se, no âmbito desta Lei, os seguintes princípios, além daqueles definidos na Lei Federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

### Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I. Inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou

1



Em conformidade com a Lei Municipal № 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

13



### PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 967 – Centro – Grandes Rios–Pr – Tel. (0xx) 43 – 3474-1222 – CEP 86.845-000

CNPJ: 75.741.348/0001-39

desempenho;

- II. Produto, Processo ou Serviço Inovador: resultado de aplicação substancial de conhecimentos científicos e tecnológicos, caracterizado por diferencial competitivo no mercado ou significativo benefício social;
- III. Startup: organizações empresariais ou societárias, nascentes ou em operação recente, cuja atuação caracteriza-se pela inovação aplicada a modelo de negócios ou a produtos ou serviços ofertados;
- IV. Spin-offs: empresas de caráter inovador que visa a aperfeiçoar sistemas, métodos ou modelos de negócio, de produção, de serviços ou de produtos, que nasce de organizações existentes, sejam elas empresas ou centros de pesquisa como universidades, laboratórios e institutos;
- V. Tecnologia: conjunto coordenado de ações ou medidas efetivas empregadas na produção e comercialização de bens e serviços bem como o conjunto de conhecimentos científicos e empíricos que resultam de observações, experiência, atitudes específicas e tradição (oral ou escrita);
- VI. Ambientes promotores da inovação: são espaços propícios à inovação e ao empreendedorismo, que constituem ambientes característicos da economia baseada no conhecimento; articulação entre empresas nos diferentes níveis de governo, nas instituições científicas, tecnológicas e de inovação; nas agências de fomento ou organizações da sociedade civil e incubadoras tecnológicas
- VII. Incubadora de empresas: organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação;
- VIII. Pré-Incubadora: ambiente que oferece suporte a empreendedores para transformar suas ideias de negócios em empresas formalizadas juridicamente. Isso ocorre por meio de ferramentas, serviços de consultoria técnica e mercadológica, mentoria, assessorias, cursos e apoio institucional além de networking e aproximação com entidades financeiras e de investimento;
- IX. Aceleradora de Empresas: organização, sistema, órgão, entidade ou empresa pública ou privada que estimula e apoia o crescimento de empresas inovadoras, por meio do provimento de infraestrutura de bens e serviços de aceleração, ofertando o suporte para alavancagem e escalabilidade de negócios e recursos, visando dar maior amplitude aos processos de inovação tecnológica e a competitividade;
- X. Ecossistema de Inovação e Tecnologia: aglomeração de empresas, profissionais, órgãos e entidades públicas e privadas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa;



Em conformidade com a Lei Municipal № 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

14



### PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 967 – Centro – Grandes Rios– Pr – Tel. (0xx) 43 – 3474-1222 – CEP 86.845-000 CNP.J: 75.741.348/0001-39

- XI. Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituídos sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos.
- XII. Parque Tecnológico: complexo de entidades empresariais, científicas e tecnológicas organizadas para promover a cultura e a prática da cooperação visando à inovação, a competitividade empresarial e a geração de riquezas por meio da criação e fortalecimento de empresas inovadoras.
- XIII. **Polo Tecnológico:** ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de micro, pequenas e médias empresas com áreas correlatas de atuação em determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com ICT, recursos humanos, laboratórios e equipamentos organizados e com predisposição ao intercâmbio entre os entes envolvidos para consolidação, marketing e comercialização de novas tecnologias.
- XIV. Agência de Fomento: órgão ou entidade de natureza pública ou privada que tenha entre os seus objetivos o fomento de ações que visem estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;
- XV. Arranjo Produtivo Local (APL): aglomerado de agentes econômicos, políticos e sociais que operam em atividades correlatas, localizados em um mesmo território e que apresentam vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem;
- XVI. **Cluster:** uma concentração de empresas que se comunicam por apresentarem características semelhantes e coabitarem no mesmo local, elas colaboram entre si e, assim, tornam-se mais eficientes;
- XVII. Criação: invenção, modelo de utilidade, desenho industrial, programa de computador, topografia de circuito integrado, nova cultivar ou cultivar essencialmente derivada e qualquer outro desenvolvimento tecnológico que acarrete ou possa acarretar o surgimento de novo produto, processo ou aperfeiçoamento incremental, obtida por um ou mais criadores;
- XVIII. Criador: pessoa física ou jurídica que seja inventor, obtentor ou autor de criação;
- XIX. Empresa de Base Tecnológica (EBT): empresa cuja estratégia empresarial e de negócios é sustentada pela inovação e cuja base técnica de produção está centrada em esforços contínuos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, possuindo as seguintes características: inseridas ou não em incubadoras; e que buscam oportunidades em nichos de mercado com produtos, processos ou serviços inovadores e de alto valor agregado;
- XX. Laboratórios tecnológicos: São laboratórios que atuam no desenvolvimento de



Em conformidade com a Lei Municipal № 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

15



### PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 967 – Centro – Grandes Rios – Pr – Tel. (0xx) 43 – 3474-1222 – CEP 86.845-000

CNPJ: 75.741.348/0001-39

técnicas e tecnologias para a pesquisa científica, contando com equipamentos especializados, podendo estar disponíveis tanto a usuários internos como externos à instituição;

- XXI. Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas em lei, constituída para apoiar sua relação com a sociedade e com o mercado promovendo o direito ao conhecimento e propriedade intelectual gerado internamente, gerenciando o processo de transferências de tecnologia;
- XXII. Oficina de empreendedores: Curso ou capacitação que auxilia empreendedores na realização de uma ideia de negócio ou quem já têm experiência em trabalhar por conta própria;
- XXIII. **Risco Tecnológico:** possibilidade de insucesso no desenvolvimento de solução, decorrente de processo em que o resultado é incerto em função do conhecimento técnico-científico insuficiente à época em que se decide pela realização da ação;
- XXIV. **Evento:** acontecimentos relevantes para ICTs, e EBTs, tais como, feiras, congressos, simpósios, conferências, maratonas tecnológicas, competições e cursos e seminários.

# Capítulo II <u>DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</u> (PMCTI)

- **Art. 3º** Fica instituída a Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, destinada a promover e estimular a inovação, o empreendedorismo, a pesquisa e a qualificação científica e tecnológica no município de GRANDES RIOS.
- **Art. 4º** Fica o Executivo Municipal autorizado a promover o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no Município de Grandes Rios, com vistas:
  - I. à promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégias para o desenvolvimento econômico e social;
- II. à promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade;
- III. à promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público, privado, instituições de ensino e pesquisa, e entre estes com o terceiro setor;
- IV. ao apoio e incentivo às atividades empreendedoras de base tecnológica e inovadora;



Em conformidade com a Lei Municipal № 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

16



### PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 967 – Centro – Grandes Rios – Pr – Tel. (0xx) 43 – 3474-1222 – CEP 86.845-000

CNPJ: 75.741.348/0001-39

- V. ao estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de ambientes de inovação;
- VI. à promoção da competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional;
- VII. ao incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia;
- VIII. à promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica;
- iX. às simplificações de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação;
- X. a busca pelo melhor resultado qualitativamente considerado, para o desenvolvimento socioeconômico do município de GRANDES RIOS.

### Capítulo III DA PROMOÇÃO DO AMBIENTE EMPREENDEDOR E DE INOVAÇÃO

- **Art. 5º** O Município poderá estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia, envolvendo empresas, pré-incubadora, incubadora, aceleradora, centro tecnológico, ICTs e entidades privadas sem fins lucrativos.**Parágrafo único.** O apoio previsto no caput poderá, entre outras ações, contemplar as redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica, as ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive pré-incubadoras, incubadoras e centros tecnológicos, e a formação e a capacitação de recursos humanos qualificados.
- **Art. 6º** O município poderá apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos pré-incubadoras, incubadoras de empresas, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.
- § 1º Os ambientes promotores de inovação previstos no caput deste artigo poderão apoiar o criador e inventor independente, startups, spin-offs e empresas com base no conhecimento,como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o fomento de novos negócios e o aumento da competitividade.



Em conformidade com a Lei Municipal № 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

17



### PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 967 – Centro – Grandes Rios– Pr – Tel. (0xx) 43 – 3474-1222 – CEP 86.845-000

CNPJ: 75.741.348/0001-39

§ 2º As pré-incubadoras e incubadoras de empresas, os centros tecnológicos e os demais ambientes promotores da inovação estabelecerão suas regras para fomento, concepção e desenvolvimento de projetos em parceria e para seleção de empresas para ingresso nesses ambientes.

§ 3º Para os fins previstos no caput, o município poderá:

- I. Autorizar o uso de imóveis para a instalação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, diretamente às empresas e às ICTs interessadas ou por meio de entidade com ou sem fins lucrativos que tenha por missão institucional a gestão de préincubadoras, incubadoras de empresas e centros tecnológicos, entre outros, mediante contrapartida obrigatória, financeira ou não financeira, na forma de regulamento;
- II. Participar da criação e da governança das entidades gestoras de parques tecnológicos, de incubadoras de empresas, ou outros ambientes de inovação, desde que adotem mecanismos que assegurem a segregação das funções de financiamento e de execução.

**Art. 7º** O município poderá, mediante contrapartida financeira ou não, e por prazo determinado, nos termos de contrato ou convênio:

- I. compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com ICT ou empresas em ações voltadas à inovação tecnológica para consecução das atividades de incubação, sem prejuízo de sua atividade finalística;
- II. permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por ICT, empresas ou pessoas físicas voltadas a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, desde que tal permissão não interfira diretamente em sua atividade-fim nem com ela conflite;
- III. permitir o uso de seu capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

**Parágrafo único.** O compartilhamento e a permissão de que tratam os incisos I e II do caput obedecerão às prioridades, aos critérios e aos requisitos aprovados e divulgados pelo município, observadas as respectivas disponibilidades e assegurada a igualdade de oportunidades a pessoas físicas, empresas e demais organizações interessadas

### CAPÍTULO IV

SISTEMA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SMCTI



Em conformidade com a Lei Municipal № 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

18



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 967 – Centro – Grandes Rios–Pr – Tel. (0xx) 43 – 3474-1222 – CEP 86.845-000

CNPJ: 75.741.348/0001-39

**Art. 8º** Fica instituído o Sistema Municipal de Inovação de GRANDES RIOS, com a finalidade de:

- I. viabilizar a articulação estratégica das atividades dos diversos organismos públicos e privados que atuam direta ou indiretamente no desenvolvimento de inovação em prol da Municipalidade;
- II. realizar ações que promovam o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Município;
- III. estimular as interações entre seus membros, com o fim de ampliar e acelerar as atividades de desenvolvimento da inovação.

**Art. 9º** O Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de GRANDES RIOS é composto por:

- I. Secretaria Municipal de Administração responsável pela área de inovação e tecnologia (OU ÓRGÃO EQUIVALENTE);
- II. Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação CMCTI instituído por lei municipal;
- III. Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação FMCTI, que proverá recursos para a execução do Plano Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- IV. Plano Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação PMCTI, que estabelecerá ações, responsáveis e cronogramas alinhados com a Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

# <u>CAPÍTULO V</u> <u>DO CONSELHO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - CMCTI</u>

**Art. 10** Para a realização dos objetivos desta Lei, fica instituído o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (CMCTI), com a finalidade de promover a discussão, a proposição, a deliberação e o acompanhamento das políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação, de interesse do Município GRANDES RIOS, bem como a análise dos incentivos às pessoas físicas e jurídicas inovadoras.

**Art. 11** O Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (CMCTI), órgão superior de consulta, de natureza deliberativa, consultiva e propositiva de GRANDES RIOS terá a seguinte composição:

- O1 (um) representante da Secretaria Municipal responsável pela área de ciência, tecnologia e inovação, designado por decreto do Poder Executivo;
- II. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- III. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura;
- IV. 01 (um) representante do setor financeiro do município de Grandes Rios;
- V. 01 (um) representante do setor produtivo rural do município de Grandes Rios;



Em conformidade com a Lei Municipal № 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

19



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 967 – Centro – Grandes Rios – Pr – Tel. (0xx) 43 – 3474-1222 – CEP 86.845-000

CNPJ: 75.741.348/0001-39

- VI. 01 (um) representante da classe empresarial indicado pela Associação Comercial e Empresarial de Grandes Rios;
- VII. 02 (dois) representantes das escolas de ensino médio e/ou técnico;
- § 1º As entidades indicarão seus representantes, titulares e suplentes, que serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a realização de todas as indicações.
- § 2º Cada titular do CMCTI terá um suplente;
- § 3º Perderá o mandato o Conselheiro que deixar de pertencer ao órgão pelo qual foi indicado;
- § 4º Os membros do CMCTI podem ser substituídos a qualquer momento mediante solicitação da entidade apresentada à Diretoria do Conselho.
- § 5º O mandato dos conselheiros e seus respectivos suplentes será de dois anos, excetuandose o primeiro mandato que terá vigência até o mês de março, do ano de início, do próximo mandato do Poder Executivo Municipal.

#### Art. 12 Ao CMCTI competirá:

- I. Formular, propor, avaliar, validar e fiscalizar planos, ações e políticas públicas de promoção da inovação para o desenvolvimento do Município, a partir de iniciativas governamentais ou em parceria com agentes privados, sempre preservando o interesse público;
- II. Promover a geração, difusão e democratização do conhecimento, das informações e novas técnicas e incentivar a introdução e adaptação à realidade local de técnicas já existentes:
- III. Promover e incentivar estudos, eventos e pesquisas nas áreas de que trata esta Lei;
- IV. Sugerir políticas de captação e alocação de recursos para as finalidades da presente
   Lei;
- V. Acompanhar, avaliar e fiscalizar o correto uso dos recursos do Fundo Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia;
- VI. Aprovar e modificar seu Regimento Interno;
- VII. Publicar o seu regimento interno, resoluções, portarias, recomendações, e demais atos de sua competência que se fizerem necessários, no Órgão Oficial do Município;
- VIII. Requerer aos órgãos públicos e privados informações, dados e indicadores necessários à análise de suas competências, atuando em sinergia com a Sala do



Em conformidade com a Lei Municipal Nº 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

20



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 967 – Centro – Grandes Rios–Pr – Tel. (0xx) 43 – 3474-1222 – CEP 86.845-000

CNP.J: 75.741.348/0001-39

Empreendedor e com os conselhos municipais relacionados à educação, desenvolvimento econômico, agricultura ou demais áreas correlatas.

#### CAPÍTULO VI

## DO PLANO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

**Art. 13** Fica instituído o Plano Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (PMCTI), com o objetivo geral de estimular a instalação, o desenvolvimento, a competitividade, produtividade, sinergia e a parceria das empresas, entidades e organizações que compõem seu ambiente produtivo.

**Parágrafo único.** O Plano Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação será elaborado a cada quatro anos, em consonância com o Plano Plurianual Municipal, pelo Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e referendada pelo Poder Executivo do Município.

**Art. 14** O PMCTI será construído por meio de projetos e programas específicos voltados à sistematização, geração, absorção e transferência de conhecimentos de inovação, inclusive tecnológicos, podendo ter ações relacionadas com:

- I. capacitação de recursos humanos;
- II. realização de estudos técnicos;
- III. criação e adequação de infraestrutura de apoio as EBTs e ICTs;
- IV. realização de pesquisas científicas;
- V. divulgação de informações técnico-científicas;
- VI. realização de projetos de desenvolvimento tecnológico;
- VII. apoio e participação em eventos que possam ampliar as oportunidades dos pesquisadores e das EBTs e ICTs do município;
- VIII. criação e operação de unidades técnico-científicas;
- IX. fomento e apoio às EBTs e ICTs do município;
- X. organização e sistematização de dados do município;
- XI. criação, desenvolvimento e atração de investimentos de empresas de base tecnológica.

**Art. 15** A Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO responsável pela área de ciência, tecnologia e inovação, deverá buscar e implementar mecanismos de avaliação e monitoramento com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade local com cadastros e indicadores construídos a partir de dados coletados pelo Município.

### CAPÍTULO VII

DO FUNDO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO SECÃO I



Em conformidade com a Lei Municipal № 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

21



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 967 – Centro – Grandes Rios–Pr – Tel. (0xx) 43 – 3474-1222 – CEP 86.845-000

CNPJ: 75.741.348/0001-39

### DA CONSTITUIÇÃO E DAS FONTES DE RECURSOS

**Art. 16** Fica criado o Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (FMCTI), de natureza contábil, constituído por recursos provenientes do orçamento anual do município e de outras fontes, com a finalidade de propiciar o financiamento de programas e projetos de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico, extensão, eventos e atividades afins do Plano Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

**Parágrafo único.** O FMCTI está vinculado diretamente à Secretaria Municipal responsável pela área de ciência, tecnologia e inovação.

#### Art. 17 Constituem receitas do FMCTI:

- I. 0,50% (cinco décimos por cento) da fonte (000) dos recursos ordinários livres do orçamento anual do Município, respeitados os limites e diretrizes da Lei Orçamentária e de Responsabilidade Fiscal, para execução de seus objetivos;
- II. valores transferidos por instituições governamentais e não—governamentais, nacionais e internacionais:
- III. dotações orçamentárias dos recursos repassados ao município que sejam vinculados aos objetivos do Fundo por força da legislação federal, estadual e/ou municipal;
- IV. repasses de instituições financeiras, de fomento e de desenvolvimento;
- V. contribuições, doações, aportes de pessoas físicas e jurídicas, instituições, e auxílios de qualquer ordem;
- VI. aporte de capital por meio da realização de operações de crédito em instituições financeiras oficiais, quando previamente autorizadas por lei específica;
- VII. resultados ou ganhos financeiros decorrentes da comercialização dos direitos sobre conhecimentos, produtos e processos que porventura venham a ser gerados em função da execução de projetos e atividades realizadas com recursos municipais;
- VIII. valores oriundos de outros fundos administrados pelo município, constituídos ou que vierem a ser constituídos;
- IX. montantes decorrentes do pagamento, pelo beneficiário devedor, dos financiamentos concedidos pelo agente financeiro;
- X. saldos de exercícios anteriores;
- XI. receitas de eventos, atividades, campanhas ou promoções realizadas com a finalidade de angariar recursos para o Fundo;
- XII. recursos financeiros decorrentes da alienação de materiais, bens ou equipamentos de propriedade do Fundo, considerados sem utilidade;
- XIII. devolução de recursos e pagamento de multas decorrentes de projetos beneficiados por esta Lei, não iniciados, interrompidos ou saldos de projetos concluídos;
- XIV. quaisquer outros rendimentos eventuais dos recursos do FMCTI;
- XV. receitas decorrentes de outorga de concessão de uso de espaços do Parque Tecnológico e outros ambientes de inovação de propriedade do município correlacionados.
- § 1°. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar para o aporte de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo.



Em conformidade com a Lei Municipal № 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

22



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 967 - Centro - Grandes Rios-Pr - Tel. (0xx) 43 - 3474-1222 - CEP 86.845-000

CNPJ: 75.741.348/0001-39

§ 2°. Os valores de que trata o inciso I deste artigo deverão ser repassados até o final do mês de junho do ano fiscal.

### SEÇÃO II

### DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

- **Art. 18** Os recursos do FMCTI serão aplicados exclusivamente na execução de projetos relacionados com as ações de apoio à inovação e tecnologia, no âmbito do PMCTI, não sendo permitida a sua utilização para custear despesas correntes de responsabilidade municipal ou de qualquer outra instituição, exceto quando previstas em projetos ou programas de trabalho de duração previamente estabelecidos, observando os seguintes:
  - I. percentual de no mínimo 10% (dez por cento) deverá ser utilizado para projetos de formação e capacitação de mão de obra especializada;
- II. percentual de no mínimo 20% (vinte por cento) deverá ser utilizado obrigatoriamente para fomento à inovação nas EBTs;
- § 1°. Somente poderão ser apoiadas com recursos do Fundo as proposições que apresentem mérito técnico-científico compatível com a sua finalidade, natureza e expressão econômica.
- § 2º. Todos os projetos passarão por avaliação de mérito técnico—científico, bem como, da capacitação profissional dos proponentes, será procedida por pessoas de comprovada experiência no respectivo campo de atuação, selecionadas, de preferência, dentre aquelas residentes no município de Grandes Rios.
- Art. 19 A concessão de recursos do Fundo poderá se dar nas seguintes formas:
  - fundo perdido;
- II. apoio financeiro reembolsável;
- III. financiamento de risco; e
- IV. participação societária.
- **§ 1º.** Os recursos poderão ser concedidos sob a forma de apoio integrado, compreendendo uma ou mais modalidades, desde que necessárias à consecução de um programa ou projeto de desenvolvimento científico e tecnológico.
- § 2°. A concessão dos recursos de que trata o inciso I, deverão ser no máximo de 35% (trinta e cinco por cento) das receitas do FMCTI.
- **Art. 20** O Fundo também poderá conceder recursos financeiros por meio das seguintes modalidades de apoio:
  - I. bolsas de estudo, para graduados;
- II. bolsas de iniciação técnico-científica, para alunos do Ensino Médio e universitários;
- III. auxílios para elaboração de teses, monografias e dissertações, para graduandos e pósgraduandos;
- IV. auxílio à pesquisa e estudos, para pessoas físicas e jurídicas;
- V. auxílio à realização ou participação em eventos;
- VI. auxílio para projetos, obras, instalações e aparelhamento de laboratórios e de



Em conformidade com a Lei Municipal № 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

23



### PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 967 – Centro – Grandes Rios–Pr – Tel. (0xx) 43 – 3474-1222 – CEP 86.845-000

CNP.J: 75.741.348/0001-39

infraestrutura técnico-científica.

## SEÇÃO III

## DA ADMINISTRAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO

### SUBSEÇÃO I

### DO COMITÊ GESTOR

- **Art. 21** O FMCTI será administrado por um Comitê Gestor, composto por um representante da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, por um representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, e por outros três membros, eleitos pela plenária do CMCTI, entre os seus pares.
- § 1º. Caso a Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação venha a ser vinculada a outra secretaria, caberá ao secretário da referida secretaria a administração do FMCTI juntamente com os demais membros citados.
- § 2°. Caberá ao Secretário Municipal responsável pela política de inovação e tecnologia, presidir o Comitê Gestor do FMCTI.
- $\S~3^{\circ}\hspace{-0.5mm}.~$  A secretaria executiva do Comitê Gestor será definida pelo CMCTI.
- § 4°. Pela atividade exercida no Comitê Gestor seus membros não serão remunerados, sendo considerada atividade pública relevante.

### Art. 22 Compete ao Comitê Gestor do FMCTI:

- I. praticar todos os atos necessários à gestão do Fundo, de acordo com as diretrizes relativas à Seção II – Aplicação dos Recursos;
- II. determinar as normas, procedimentos e condições operacionais do Fundo a serem cumpridas pelos Agentes Financeiros;
- III. apreciar e aprovar a concessão de garantia de financiamentos de projetos recomendados pelo agente ou instituição financeira, cujos valores não excedam os limites fixados;
- IV. juntamente com o CMCTI, analisar e emitir parecer a respeito dos projetos a serem financiados;
- V. acompanhar e controlar as garantias dadas nos financiamentos;
- VI. manter o CMCTI informado sobre os projetos financiados;
- VII. publicar os balanços, na forma da lei;
- VIII. elaborar o Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo e publicar o respectivo relatório anual de atividades;
- IX. fiscalizar a aplicação dos recursos concedidos pelo Fundo;
- X. deliberar sobre a concessão de recursos aos projetos apresentados;
- XI. deliberar sobre outros assuntos de interesse do Fundo.
- § 1°. O Comitê Gestor reunir-se-á conforme calendário anual definido pelos seus pares, ou sempre que houver convocação pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros.



Em conformidade com a Lei Municipal № 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

24



### PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 967 – Centro – Grandes Rios–Pr – Tel. (0xx) 43 – 3474-1222 – CEP 86.845-000

CNP.J: 75.741.348/0001-39

§ 2º. O Conselho deliberará com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros, deliberações essas que serão sempre registradas em Ata.

### SUBSEÇÃO II

#### DO AGENTE FINANCEIRO

- Art. 23 Os recursos do FMCTI poderão ser operacionalizados por agente financeiro conveniado.
- § 1°. Compete ao Agente Financeiro:
  - I providenciar, para o Fundo, contabilidade própria, fazendo publicar anualmente o balanço devidamente auditado;
- II. efetuar a contabilidade do Fundo em registros próprios, distintos de sua contabilidade geral, com discriminação das linhas de financiamentos, criando-se subcontas específicas por participante, com vistas à gerência dos respectivos recursos, e publicar anualmente o balanço do Fundo, devidamente auditado;
- III. providenciar a emissão de cada contrato de financiamento de acordo com as normas e procedimentos emanados do Comitê Gestor do Fundo;
- IV. controlar a situação do mutuário ou beneficiário e dar quitação quando do encerramento dos contratos;
- V. colocar à disposição do Comitê Gestor demonstrativos com posições mensais dos recursos, aplicações e resultados do Fundo.
- § 2º. O convênio com o Agente Financeiro estabelecerá a forma, abrangência e demais condições necessárias à administração dos recursos do Fundo, observados os termos desta lei e normas regulamentares, e, ainda, definirá como responsabilidade do Agente Financeiro:
  - I. cumprir os procedimentos definidos para o Fundo para enquadramento e acesso ao financiamento:
- II. analisar, aprovar, contratar e administrar as operações de financiamento previstas em regulamento e demais disposições, respeitados os limites definidos pelo Comitê Gestor;
- III. emitir mensalmente relatório analítico, refletindo a posição de carteira global, com detalhamento dos processos em fase de execução judicial, sempre considerando como data-base o dia de encerramento do mês imediatamente anterior.

### SUBSECÃO III

# DA SUPERVISÃO DO FUNDO PELO CONSELHO MUNICIPAL DE APOIO À INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Art. 24 A supervisão do FMCTI será exercida pelo CMCTI, com as seguintes competências:

- auxiliar no estabelecimento de critérios e fixação de limites globais e individuais para a concessão dos financiamentos, respeitando as vocações regionais tradicionais ou novas, observadas as disponibilidades do Fundo;
- II. sugerir prazos de amortização e carência, bem como os encargos dos mutuários e



Em conformidade com a Lei Municipal № 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

25



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 967 – Centro – Grandes Rios–Pr – Tel. (0xx) 43 – 3474-1222 – CEP 86.845-000

CNP.J: 75.741.348/0001-39

multas por eventual inadimplemento contratual;

- III. examinar e aprovar trimestralmente as contas operacionais do Fundo, por meio de balancetes, além de avaliar os resultados e propor medidas de aprimoramento de suas atividades;
- IV. manifestar-se previamente sobre convênios e/ou contratos a serem celebrados com terceiros, tendo por objeto recursos do Fundo;
- V. eleger as Instituições Financeiras repassadoras de recursos, bem como as modalidades de financiamento que terão acesso ao Fundo.

### SUBSEÇÃO IV

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 25** O Poder Executivo municipal regulamentará e criará condições legais necessárias para que os recursos municipais previstos sejam assegurados com vistas à capitalização e operacionalização do Fundo.

**Parágrafo único.** Compete ao Poder Executivo municipal autorizar despesas referentes ao custeio da administração do Fundo.

- **Art. 26** O percentual estabelecido no inciso I do art.17, incidirá a favor do Fundo somente a partir do 1º dia do ano subsequente à edição da presente lei.
- **Art. 27** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial ou suplementar, em percentual não inferior a 0,1% (um décimo por cento) do orçamento do corrente ano, cuja dotação realizar-se-á por meio de ato do Poder Executivo, desde que atendidas as disposições legais e constitucionais.
- § 1°. O crédito de que trata o caput será coberto nos termos do § 1°, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- § 2º. O aporte, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação orçamentária do município para outra, poderão ser admitidos, nos termos do § 5º do art.167 da Constituição Federal, desde que atendidas às vedações constitucionais contidas neste referido artigo.
- Art. 28 O FMCTI poderá ser extinto por lei e os recursos revertidos aos cofres municipais.
- **Art. 29** O FMCTI será fiscalizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sem prejuízo do controle interno e de auditoria que o Poder Executivo adotar.

### CAPÍTULO VIII

### DO PROGRAMA DE INCENTIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

**Art. 30** Para as empresas que tiverem projetos e programas voltados à sistematização, geração, absorção e transferência de conhecimentos de inovação, inclusive tecnológicos, assim como as EBTs e as ICTs, instaladas ou que venham se instalar no município, poderão ser concedidos estímulos e benefícios mediante incentivos físicos e financeiros, após regulamentação.



Em conformidade com a Lei Municipal № 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

26



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 967 – Centro – Grandes Rios–Pr – Tel. (0xx) 43 – 3474-1222 – CEP 86.845-000

CNP.J: 75.741.348/0001-39

- **Art. 31** Os recursos do FMCTI serão concedidos às pessoas físicas e jurídicas que submetamse às diretrizes do PMCTI e possuam projetos portadores de mérito técnico ou científico, mediante convênios, termos de cooperação, termos de parceria, contratos de gestão, acordos de cooperação, subvenção, termo de outorga de auxílio financeiro e outros instrumentos legais de contratação que vierem a ser celebrados pelo Município, obedecidas as prioridades que vierem a ser estabelecidas pelo PMCTI.
- § 1°. A seleção dos projetos referidos no caput será realizada através de chamamento público, cujo edital deverá especificar as diretrizes do PMCTI, bem como, o seguinte:
- descrição e objetivos do projeto;
- II. o cronograma físico-financeiro;
- III. as condições de prestação de contas;
- IV. as responsabilidades das partes; e
- V. as penalidades contratuais.
- § 2°. O edital deverá prever que os recursos ou apoio do Fundo serão repassados ao proponente que atenda, cumulativamente, às seguintes condições:
  - estar em situação de regularidade fiscal perante o município, o Estado e a União, incluindo pagamento de impostos, taxas e as demais obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias;
- II. não ter pendências relativas a prestações de contas referentes a auxílios ou financiamentos concedidos pelo Fundo ou por outros editais de apoio público;
- III. ter seus atos constitutivos arquivados nos órgãos competentes há pelo menos dois anos antes da abertura do edital, exceto, quando as empresas estão em processo de incubação ou aceleração;
- IV. ter sede ou domicílio no município de Grandes Rios há pelo menos 2 (dois) anos, exceto, quando as empresas estão em processo de incubação ou aceleração.
- § 3°. Para conceder apoio financeiro, o FMCTI, por meio do Comitê Gestor, deverá:
  - exigir um mínimo de 10% (dez por cento) de contrapartida financeira e 20% (vinte por cento) de contrapartida econômica;
- II. em caso de aporte a fundo perdido (inciso I do art.19) prever obrigatoriamente em contrato, que parte dos lucros obtidos da comercialização dos produtos ou serviços cuja criação foi apoiada pelo PMCTI retornará ao Fundo por prazo determinado.
- § 4°. A realização do chamamento público será requerida pelo Comitê Gestor, que deverá elaborar termo de referência contendo todas as especificações mínimas do projeto, bem como, as informações relacionadas no § 1° deste artigo.
- **Art. 32** Os beneficiários de recursos previstos nesta lei farão constar o apoio recebido do Fundo quando da divulgação dos projetos e atividades e de seus respectivos resultados.



Em conformidade com a Lei Municipal Nº 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

27



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 967 – Centro – Grandes Rios–Pr – Tel. (0xx) 43 – 3474-1222 – CEP 86.845-000

CNPJ: 75.741.348/0001-39

### SEÇÃO ÚNICA

# DO ESTÍMULO À CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES ESPECIALIZADOS E COOPERATIVOS DE INOVAÇÃO

**Art. 33** Ficam o município e suas autarquias, fundações e empresas por ele controladas, direta ou indiretamente, autorizadas a participar minoritariamente do capital de empresa privada de propósito específico que vise ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para obtenção de produto, processo ou serviços inovadores, conforme regulamentação a ser promulgada pelo Poder Executivo.

**Parágrafo único.** A propriedade intelectual sobre os resultados obtidos pertencerá às instituições detentoras do capital social, na proporção da respectiva participação.

- **Art. 34** O município, suas autarquias, fundações e empresas por ele controladas, direta ou indiretamente, em matéria de interesse público, poderão contratar empresa, consórcio de empresas e entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, de reconhecida capacitação tecnológica no setor, visando à realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento, que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto, processo ou serviço inovador, observado o disposto na legislação licitatória municipal.
- § 1°. O risco tecnológico de que trata o caput poderá ser compartilhado na proporção definida contratualmente.
- § 2°. A contratação fica condicionada à aprovação prévia de projeto específico, com etapas de execução do contrato estabelecidas em cronograma físico-financeiro, a ser elaborado pela empresa, consórcio ou entidade a que se refere o caput, o qual deverá contemplar, além das etapas de execução, a equipe de trabalho e os recursos necessários à sua realização, com observância dos objetivos a serem atingidos e dos requisitos que permitam a aplicação dos métodos e meios indispensáveis à verificação do andamento do projeto em cada etapa, bem como de outros elementos estabelecidos pelo contratante.
- § 3°. O acompanhamento técnico e financeiro a que se refere o §2° será realizado em cada etapa do projeto, ao longo de sua execução, inclusive com a mensuração dos resultados alcançados em relação aos previstos, de modo a permitir a avaliação da sua perspectiva de êxito, indicando eventuais ajustes que preservem o interesse das partes no cumprimento dos objetivos pactuados.
- § 4°. O projeto contratado nos termos deste artigo poderá ser descontinuado, sempre que verificada inviabilidade técnica ou econômica no seu desenvolvimento.
- § 5°. A inviabilidade técnica ou econômica referida no § 4° deverá ser comprovada mediante auditoria técnica e financeira independente.
- **§ 6°.** Nas hipóteses de descontinuidade do projeto contratado prevista no § 4°, o pagamento ao contratado cobrirá as despesas já incorridas na efetiva execução do projeto, consoante ao cronograma físico-financeiro aprovado.



Em conformidade com a Lei Municipal № 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

28



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 967 – Centro – Grandes Rios–Pr – Tel. (0xx) 43 – 3474-1222 – CEP 86.845-000

CNPJ: 75.741.348/0001-39

- § 7°. Caso o projeto seja conduzido nos moldes contratados e os resultados obtidos sejam diversos dos almejados, em função do risco tecnológico, comprovado mediante auditoria técnica e financeira, o pagamento poderá ser efetuado nos termos do contrato.
- § 8°. Findo o contrato sem alcance integral ou com alcance parcial do resultado almejado, o órgão ou entidade contratante, a seu exclusivo critério, poderá, mediante auditoria técnica e financeira, elaborar relatório final dando-o por encerrado, ou prorrogar seu prazo de duração.
- § 9°. Os resultados do projeto, a respectiva documentação e os direitos de propriedade intelectual pertencerão ao contratante.
- **§ 10.** A contratação prevista no caput poderá englobar a transferência de tecnologia para viabilizar a produção e o domínio de tecnologias essenciais para o País.
- **§ 11.** Considerar-se-á desenvolvida na vigência do contrato a criação intelectual pertinente ao seu objeto e cuja proteção seja requerida pela empresa contratada até dois anos após o término do contrato.
- **Art. 35** Fica o Município autorizado a firmar convênios de cooperação, alianças estratégicas e assessoria técnica com outros órgãos de apoio à inovação tecnológica para assistência às EBTs e às ICTs do Município.

**Parágrafo único.** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, por tempo determinado e condições previamente estabelecidas, a cessão de servidores e a concessão de bolsas de estágio para a finalidade contida no caput deste artigo.

**Art. 36** A manutenção da concessão de benefícios previstos nesta Lei dependerá de comprovação anual da empresa permanecer enquadrada nas hipóteses do art. 34.

#### CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Art. 37** O Município consignará no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual a destinação de um percentual do orçamento anual para o apoio e consolidação das atividades de inovação de que trata esta Lei.
- Art. 38 Por meio desta, revoga-se as disposições contrárias.
- Art. 39 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grandes Rios, 25 de novembro de 2025

WILLIAM JOSE Assinado de forma digital por WILLIAM JOSE GONCALVES:33 GONCALVES:32791885803 2791885803 -0300′



Em conformidade com a Lei Municipal Nº 1030/2017

Grandes Rios, Terça-Feira, 25 de Novembro de 2025

Edição Nº: 3430

# PODER LEGISLATIVO



# CÂMARA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS ESTADO DO PARANÁ

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 013/2025**

**SÚMULA:** Dispõe sobre o julgamento das Contas do senhor Antônio Ribeiro da Silva na qualidade de Prefeito do município de Grandes Rios – Pr. relativas ao exercício financeiro de 2024.

A Câmara Municipal de Grandes Rios estado do Paraná aprovou e eu presidente promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

**Art. 1º** - Fica Aprovada a prestação de contas do Poder Executivo Municipal de Grandes Rios – Pr., exercício financeiro do ano de 2024, de responsabilidade do Senhor Antônio Ribeiro da Silva, nos exatos termos do Acórdão de Parecer Prévio nº260/2025-A1C e Processo nº161172/25 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 2º- Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Grandes Rios em 25 de novembro de 2025

Atenciosamente

Roseli Ribeiro Barretos Presidente